

Nacionalismo e reformismo há 50 anos do golpe.

Vitor Hugo Tonin¹

Por muito tempo impô-se a interpretação de que o presidente João Goulart caiu porque era fraco. Seu temperamento pusilanime e conciliador estaria na raiz do golpe. À direita, interessava a forte repressão contra as massas organizadas, e por isso esta tese servia. Mas também serviu para parte da esquerda, que esperava uma mão mais forte do presidente na solidificação da aliança burguesa e operária.

O Partido Comunista Brasileiro, defensor justamente da estratégia democrática burguesa, que supunha esta aliança operário-burguesa, demorou ainda décadas para realizar uma autocrítica profunda e radical. Era mais fácil responsabilizar o indivíduo presidente do que rever suas posições. Ainda na esquerda, Leonel Brizola também fortaleceu esta interpretação ao colocar publicamente que sugeriu ao presidente Goulart uma ação de resistência, durante a rápida passagem do presidente pelo Rio Grande do Sul, antes de exilar-se no Uruguai. A resposta declinante de Jango renderia anos de rompimento político e familiar entre os dois que além de correligionários eram parentes.

Outra interpretação foi defendida por Luiz Alberto Moniz Bandeira. Para ele, o governo de João Goulart caiu não pelas suas fraquezas, mas sim pelas suas virtudes.²

É fundamental lembrar que a estratégia golpista já estava colocada publicamente desde o suicídio do presidente Getúlio Vargas, com um novo ensaio durante a posse de JK. O presidente Vargas estava virtualmente deposto e para inviabilizar o golpe retirou sua própria vida. JK teve que contar com uma contra-ofensiva militar do Marechal Henrique Teixeira Lott para assegurar sua posse em 1956. É neste clima político que em 1961 Jânio Quadros renuncia e a estratégia golpista é recolocada contra João Goulart, que constitucionalmente era quem deveria assumir. No entanto, a resistência da Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola possibilita um acordo parlamentarista. Jango aceitará esta trégua para ganhar tempo e aumentar sua legitimidade institucional e popular.

Logrará êxito com o plebiscito sobre o presidencialismo em 1963. O plebiscito deixa clara a vontade popular de ter João Goulart como presidente num regime presidencialista. Foram 9,5 milhões de votos pelo presidencialismo contra somente 2

¹ Bacharel em Economia, mestrando em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade e membro do Instituto de Estudos Latino Americanos da UFSC.

² BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, (1961-1964). 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1978.

milhões favoráveis ao parlamentarismo. É só então, ratificado popular e constitucionalmente, que João Goulart passa para a ofensiva e um ano depois encabeça as reformas de base.

Traçando alguns paralelos históricos podemos dizer que Goulart antecipou táticas semelhantes as de Salvador Allende, no Chile, e mais recentemente, Hugo Chávez, na Venezuela: ganhando posições no Estado capitalista a partir e fomentando o movimento popular. O fato de que os três tenham sofrido golpes revelam a delicadeza das conjunturas e as vicissitudes desta tática de manobrar por dentro do Estado capitalista. No caso do presidente Chávez circunstâncias específicas atuaram para o fracasso do golpe e ao retornar ao poder conseguiu realizar ações para assegurar a constitucionalidade no país e avançar programaticamente. Allende e Goulart já não tiveram a mesma sorte, não tiveram uma segunda chance e se com Moniz Bandeira podemos afirmar que Goulart caiu mais pelas suas virtudes, com certeza, não estava entre elas a capacidade necessária para se manter no poder. Como assumiu Darcy Ribeiro, chefe da casa civil da presidência naquele então: não há nada pior que estar no poder e perdê-lo³.

As duas interpretações sobre a queda de Jango, no entanto, padecem de um grave defeito: fetichizam o poder no Executivo e nas Forças Armadas e reduz a história a estes dois elementos da sociedade. Deixam, assim, de fora o mais virtuoso de todo este processo: o vigoroso poder popular que vinha se forjando desde as revoltas tenentistas da década 1920, da Coluna Invicta liderada por Luis Carlos Prestes, da Aliança Nacional Libertadora e que adquiririam na década de 1960 cada vez mais autonomia e radicalidade com as Ligas Camponesas, a CGT e o surgimento de novas vanguardas políticas marxistas além do PCB.

Esta constatação não diminui em nada a capacidade, a destreza política e o caráter popular do governo de João Goulart. Mas coloca as coisas em seu devido lugar. Não era Goulart que os golpistas temiam, mas sim as possibilidades que se desencadariam deste vigoroso poder das massas populares em ascensão. Devemos aproveitar a comoção destes 50 anos para rememorar as características desse movimento de massas, suas virtudes e seus erros, para um dia completarmos as reformas de base que ainda hoje são fundamentais para democratização efetiva do nosso país.

A história da América Latina é marcada por grandes e intermitentes levantes populares. Desde 1954, no governo de Jacob Arbenz na Guatemala que estes levantes passaram enfrentar um ciclo de estratégia golpista. As democracias

³ RIBEIRO, Darcy. Confissões. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1997. 585p

burguesas são mais curtas no capitalismo dependente e subdesenvolvido. A superexploração da força de trabalho impede conquistas mínimas, sociais-democratas, possíveis nos países imperialistas, mas que aqui representam duros golpes nas taxas extraordinárias de lucro. Assim, reformas básicas (ou de base) que nos países imperialistas foram até necessárias, adquirem contornos revolucionários em nossos países.

Por isso que os ascensos de massas na América Latina, ainda que direcionados por uma estratégia claramente reformista e capitalista, enfrentam-se com a estratégia golpista.⁴ O direcionamento reformista, portanto, parece-nos ter contribuído significativamente para a derrota popular. Ruy Mauro Marini, analisando a derrota do governo de Salvador Allende, conclui que o reformismo é a ante-sala da contra-revolução, justamente por “abalar as estruturas da sociedade burguesa sem destruí-la”.⁵

Paradoxo da história, nosso país reviverá um novo ascenso das lutas populares de caráter claramente reformista durante os anos 1980. Aqui, todavia, a estratégia golpista não se impôs e, ao contrário, o que se viu foi uma transição à democracia. Transição conservadora, que ao fim, nos legou a situação atual de manutenção da dependência, e até do chamado neoliberalismo. No entanto, nada disto era conhecido naquele então e a pergunta é por que este vigoroso ascenso de massas dos anos 1980 não sofreu, como na maioria dos casos, uma investida de força? Por que as classes dominantes não utilizaram seu velho e eficaz método?

Há vários elementos, econômicos, ideológicos e políticos, mas o que nos interessa investigar é o componente popular, é o movimento de massas, e nossa hipótese é que por algum motivo, nos anos 1980, o movimento popular era mais inofensivo que nos anos 1960. Gilberto Felisberto Vasconcelos afirma que uma das grandes tarefas do petucanismo foi substituir a polarização “nacionalismo *versus* imperialismo” pela “democracia *versus* ditadura”.⁶ A teoria do autoritarismo substituiu a teoria do imperialismo. A esquerda e as direções do movimento popular forjadas nas lutas contra o nacionalismo burguês da ditadura teriam rejeitado qualquer relação com propostas nacionalistas diminuindo assim sua eficácia, sua ameaça aos interesses imperialistas. Afinal, não basta ser antiimperialista - ainda que este seja o primeiro momento, o da negação - há que superar o antiimperialismo construindo uma alternativa positiva capaz de se colocar na ofensiva da batalha político ideológica.

⁴ No caso brasileiro os comunistas da década de 1960 propunham abertamente que a direção deveria ser da burguesia industrial.

⁵ MARINI, Ruy Mauro. El reformismo y la contrarevolución: estudios sobre Chile. México D.F., Ediciones Era, 1976.

⁶ VASCONCELLOS, Gilberto F. Depois de Leonel Brizola?. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

Na década de 1960 era sem dúvida o nacionalismo e a possibilidade das massas levarem-no ao radicalismo, à revelia da estratégia burguesa dos partidos comunistas e trabalhistas, que assustava a principal fração da classe dominante brasileira: a fração imperialista. Abandonar o nacionalismo deixou o movimento reformista dos anos 1980 mais inofensivo, dando folga as classes dominantes para pactuarem uma transição lenta, gradual e segura.

O nacionalismo popular e de massas e a estratégia reformista dos anos 1960 são temas que devem ser retomados com urgência nesta nova conjuntura nacional. A história não cansará de se repetir enquanto nossos dilemas fundamentais não forem superados.